

A língua no campo de batalha

Carlos Eduardo Louzada Madeira

PG-UERJ

Resumo: O presente trabalho se propõe a focar a atuação de forças conservadoras e inovadoras sobre as análises lingüísticas. Partindo do pressuposto de que radicalizações ideológicas precisam ser evitadas, são aqui expostos argumentos que procuram minimizar a pretensa oposição intencional que distanciaria a gramática normativa dos estudos lingüísticos modernos. Textos produzidos por estudiosos da língua foram utilizados para a redação das linhas que se seguem, todas imbuídas da crença de que o saber lingüístico, implícito e explícito, constitui elemento indispensável ao exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: língua; gramática normativa; lingüística

Language in the battlefield

Abstract: This paper aims to tackle the acting of conservative and innovative forces on linguistic analyses. Working on the principle that ideological radicalisations must be combated, opinions that try to minimise the false intentional opposition that would establish a distance between normative grammar and modern linguistic studies are here exposed. Texts produced by specialists in the study of language have been used for the writing of the lines that follow, all of them impregnated with the belief that linguistic knowledge, implicit and explicit, constitutes an essential element for the full command of citizenship.

Key-words: language; normative grammar; linguistics

A língua no campo de batalha

1. Considerações gerais

Em função de sua relevância dentro da temática educacional, o ensino da chamada norma-padrão vem mantendo o seu interesse como objeto de pesquisa dentro das

universidades brasileiras. E quando se fala em norma-padrão, fala-se inevitavelmente nas concepções tradicionais de ensino gramatical.

Com o fortalecimento das teorias lingüísticas modernas, vários problemas relacionados à abordagem normativa, incluídos aí aqueles de natureza extralingüística, foram trazidos à tona e, com isso, a língua passou a ser discutida à luz de uma atitude menos dogmática e mais realista. Veja-se, por exemplo, a lição de Joaquim Mattoso Camara Jr., um dos principais nomes dos estudos lingüísticos no Brasil:

[...] a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor não fala em casa como na aula e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da Câmara.

[...] Partem do princípio insustentável de que a norma tem que ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer. (CAMARA, 2002, p. 16)

Ao longo do século XX, muitos aspectos, antes negligenciados nos estudos de língua, começaram a ser melhor investigados. Alguns deles, como os que tratam de variedades, registros, e mesmo de evolução lingüística, em oposição à visão purista de que os idiomas se degradam, já foram inclusive incorporadas a muitas gramáticas.

Ainda há, obviamente, abordagens equivocadas, porém é inegável que, nos dias atuais, as pesquisas lingüísticas trabalham em outro patamar, mais crítico e abrangente. Uma das justificativas talvez seja o fato de que vivemos numa sociedade cada vez mais estratificada, o que traz conseqüências inelutáveis quanto se trata de língua.

A introdução da lingüística nos currículos das faculdades de Letras tende a suscitar um enfoque mais amplo dos fenômenos da linguagem. Busca-se inserir na formação acadêmica do profissional “um elemento de participação ativa na análise da língua, que o habilitará a reagir de maneira crítica às opiniões correntes, e lhe permitirá [...] avaliar com independência os recursos didáticos disponíveis e as observações e dificuldades de seus alunos” (ILARI, 1992, p. 16-17).

Isto não implica dizer que, apesar dos esforços radicalistas de alguns, os séculos de tradição gramatical tenham se baseado quase que inteiramente em equívocos teóricos e metodológicos. Como toda área do conhecimento, também a gramática se viu, diversas vezes, diante de fenômenos que desafiaram concepções já estabelecidas, tornando necessário que alguns fatos fossem reanalisados e modificados. O problema é que, e talvez por isso as críticas sejam às vezes tão incisivas, a gramática sempre se mostrou reticente em relação a mudanças, como se suas considerações contivessem um grau de verdade imune a reformulações.

Correntemente, esta postura tende a se enfraquecer cada vez mais. Basta que se mencionem, por exemplo, as diretrizes pedagógicas contidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* em relação ao ensino de língua portuguesa. Os volumes destinados ao assunto são claros ao afirmar que os conteúdos tradicionais, em vez de aprimorarem as habilidades de fala, escrita e leitura, muitas vezes acabam por se transformar em uma

camisa-de-força, justamente em função de seu caráter eminentemente inflexível e desarticulado diante da realidade lingüística observada no dia-a-dia pelos alunos.

Deste modo, cabe aos profissionais da área se atualizar quanto às novas concepções de língua e considerar as idéias propostas pelo Ministério da Educação em relação aos conteúdos gramaticais que precisam ser trabalhados em sala, mesclando tradição e renovação, sem nunca perder de vista que o objetivo é aperfeiçoar o conhecimento lingüístico que os alunos já detêm. Esse aperfeiçoamento levaria o corpo discente ao domínio do padrão escrito e falado que vige atualmente no português culto do Brasil, desprezando, portanto, a ênfase em conhecimentos excessivamente técnicos e que não terão aplicação prática para o usuário comum.

2. Abrandando o jogo de tensões entre lingüística e gramática normativa

As mudanças lingüísticas, no que dizem respeito à regra, não podem, obviamente, se dar de forma radical. Porém, não há dúvida de que as discussões precisam existir, seja com relação a temas como sintaxe pronominal, formação do gênero, passividade sintéticas, existência ou não de orações sem sujeito, ou qualquer outro item em cujas normas sejam detectadas inconsistências ou incoerências. É preciso que haja, como em qualquer campo de estudo, espaço para críticas e transformações.

Existem ainda, de fato, gramáticos conservadores, assim como também existem os que, em nome de uma lingüística que assume ares populistas, mostram-se por demais permissivos e negligentes. É preciso que se busque um ponto de equilíbrio em que possam atuar tanto a tradição quanto a renovação. É igualmente importante que se entenda o ensino da gramática como tópico educacional de relevância para a formação do indivíduo, inclusive com implicações que passam pelo exercício pleno da cidadania.

A abordagem reflexiva, por parte de alguns gramáticos, de aspectos tidos por polêmicos ou problemáticos já demonstra uma mudança de atitude em relação à língua:

Problema diferente é acompanhar a descrição de cada língua funcional (a que serve de base à gramática escolar normativa e aquela que reflete o conjunto de normas da modalidade familiar ou coloquial) e as alterações por que passa. É claro que há necessidade constante de, em cada uma delas, verificar se as normas apreendidas num determinado momento persistem noutro momento do devenir histórico da linguagem humana. (BECHARA, 2000, p. 17)

Por causa da constante e inelutável evolução, a vigência de uma disciplina gramatical é precária, sujeita a reajustamentos. Na língua escrita, baseia-se no uso literário de uma época. Mas o uso dos grandes escritores não é muito coerente nem firme. Por isso, a disciplina gramatical é controvertida. O melhor seria partir da norma espontânea, sem fixar rigidamente a escolha de variantes alternativas: tenho *de* ir / tenho *que* ir. (RIBEIRO, 2000, p. 19)

A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade lingüística, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal/português do Brasil/português de Angola), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta/linguagem média/linguagem popular), seja, finalmente, de um ponto de vista diafásico (linguagem poética/linguagem da prosa).

Este conceito lingüístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 8)

Não há dúvida de que as vozes acima refletem os esforços da lingüística moderna. Tem-se, aqui, um exemplo de como os fatores inovadores já interferem num campo outrora eminentemente conservador, pois os estudiosos citados são conhecidos por suas atuações na área da gramática normativa. Por outro lado, sustentam alguns lingüistas, como Marcos Bagno, que esta integração é apenas aparente, uma vez que, de um modo geral, os gramáticos não estariam dispostos a reformular regras ou a abandonar conceitos.

É possível que a insistência em se colocar em lados opostos a gramática tradicional e a lingüística se deva a uma confusão de objetivos. A língua, como objeto de análise, é a base das atividades teóricas e práticas desenvolvidas nestes campos. De um lado, porém, há os que não vêem utilidade na lingüística aplicada ao ensino de língua, e, de outro, há os que sustentam que a tradicional bagagem teórica normativa deveria ser suprimida em prol de uma nova teorização. Os acalorados embates ideológicos parecem obnubilar percepções até certo ponto óbvias, como o fato de que a lingüística já invadiu há muito os domínios da gramática, assim como os estudos normativos formam um conjunto a partir do qual a maior parte das teorias modernas são desenvolvidas. Ambas estariam, portanto, interligadas.

Além disso, seria o caso de se optar simplesmente por uma ou outra vertente de estudo da língua para que o ensino se tornasse mais ou menos eficaz? Mais importante do que a defesa de determinadas ideologias talvez seja a forma como os alunos serão conduzidos em seus estudos lingüísticos. A formação do professor deve englobar os conteúdos tradicionais de gramática e as contribuições trazidas pela lingüística. É a conjugação de todos estes conhecimentos que poderá proporcionar ao alunado uma visão mais completa e articulada de língua.

Sobre a eliminação da gramática normativa, diz Evanildo Bechara:

[...] assistiu-se, entre nós, na década de 60, a um insurgimento contra o ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração. (BECHARA, 2000, p. 10-11)

Mário Perini, como muitos lingüistas, endossa a necessidade de elaboração de uma nova gramática que incorpore as mudanças necessárias. Reconhece, no entanto, que é impraticável o descarte por completo da gramática tradicional:

Enquanto a “crítica da gramática tradicional” vai pouco a pouco conquistando um lugar nos cursos de Letras, sente-se agudamente a falta de alternativas viáveis: se a gramática tradicional é inadequada, o que colocar em seu lugar? O lingüista, ao criticar a gramática tradicional, freqüentemente se choca com a objeção irrespondível: é

indispensável continuar trabalhando com uma gramática cujas deficiências são evidentes, pois não existe outra que se possa utilizar. (PERINI, 2002, p. 5)

Ainda sobre a gramática, e a propósito da idéia de doutrina, cabem aqui as palavras de Rodolfo Ilari, respondendo a críticas conservadoras que contestam a interferência da lingüística no ensino de língua portuguesa:

[...] aponta-se às vezes como uma fraqueza o fato de que a Lingüística não é (ainda?) um corpo de doutrina acabado. Isto é, na realidade, um mérito para quem busca atitudes metodológicas fecundas e uma prática de ensino em que o fundamental não é cumprir rituais ou transmitir conteúdos, mas educar. Aí está o cerne da questão: num ensino em que se favorecem a observação, a reflexão, a criatividade e a crítica, os papéis do docente, do aluno, da burocracia escolar e dos materiais didáticos resultam modificados. É, no limite, uma outra escola, preparando para uma outra sociedade. É a isso, e não às teses teóricas que a Lingüística atual defende, que os círculos mais reacionários de nossa intelectualidade se opõem. (ILARI, 1992, p. 21)

3. O que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais

Em consonância com a postura reflexiva e crítica defendida pelas teorias lingüísticas modernas estão as diretrizes dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. O documento do Ministério da Educação, que deve orientar os projetos político-pedagógicos das nossas instituições de ensino fundamental e médio, tem sustentado a idéia de que já não há mais espaço para a velha disciplina do certo e do errado, perigosamente associada a noções preconceituosas e fundamentada principalmente na memorização de definições e classificações. Não se acredita mais que saber simplesmente identificar o sujeito de uma estrutura ou classificar uma oração como substantiva ou adverbial sejam coisas tão fundamentais para que alguém tenha um desempenho satisfatório quando diante do desafio de manusear o seu idioma.

Veja-se, por exemplo, na passagem abaixo, como é tratada a questão do preconceito nos PCNs:

Há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (apud BAGNO, 2002, p. 171-172)

Como se sabe, a multiplicidade dos modos de falar reflete diferentes modos de viver, ou, em outras palavras, diferentes realidades sociais e culturais. Fatores como a região de origem do falante, sua classe social, sua prática profissional, sua idade e mesmo a situação em que determinada fala é produzida podem influenciar na produção do discurso. Todos estes aspectos são levados em conta pelo documento, que, ademais, não hesita em relacionar a variação dialetal com a diversidade cultural brasileira.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* sugerem que o preconceito lingüístico seja combatido da mesma forma como se combate o preconceito racial, sexual ou religioso: procurando refutar noções de superioridade, pautando-se pela argumentação coerente e objetiva. Se, por exemplo, determinado aluno apresenta dificuldades em relação a certos aspectos gramaticais, é mais provável que isto se deva ao fato de ele ter se desenvolvido em um ambiente social que não lhe exigiu habilidades lingüísticas mais amplas do que a uma suposta incapacidade intelectual. O ensino repressor, que incute no aluno a idéia de que os conhecimentos que ele traz para a escola estão errados (e que devem ser substituídos por outros, corretos), pode causar problemas ao desenvolvimento intelectual do estudante, muitas vezes gerando bloqueios ou sensação de inferioridade (“mutilação cultural”).

Outro aspecto abordado diz respeito ao tradicional divórcio verificado entre língua e literatura, itens normalmente tratados de forma autônoma, não relacionados entre si. Defende o documento o estudo integrado de língua portuguesa, literatura e redação, procedimento, como se sabe, diverso daquele historicamente adotado por boa parte das instituições brasileiras de educação básica.

O volume destinado ao ensino médio (1999) é enfático ao criticar tal separação, a qual se opõe diametralmente a um dos grandes objetivos da escola moderna: a interdisciplinaridade. Diz o documento:

Muitas escolas mantêm professores especialistas para cada tema e há até mesmo aulas específicas como se leitura/literatura, estudos gramaticais e produção de texto não tivessem relação entre si. Presenciamos situações em que o caderno do aluno era assim dividido. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1999, p. 33)

Acredita-se hoje que os estudos gramaticais não devem mais se concentrar na memorização de regras ou na resolução de exercícios mecânicos, que, em geral, se mostram pouco produtivos. O foco é o texto, que deve servir de base para os estudos lingüísticos realizados em sala de aula, com vistas a uma maior eficácia nos campos da escrita e da leitura.

Recomenda-se também, conforme dito, que se respeitem os conhecimentos que o aluno já traz para a escola, não mais o tratando como se nada soubesse a respeito da língua que já fala. Trata-se, pois, de um trabalho voltado para o aperfeiçoamento progressivo, e não para a substituição de uma língua, real, por outra, ideal.

A proposta do Ministério da Educação para a língua portuguesa enfatiza, pois, o texto. Em outras palavras: parte do princípio de que a única forma de desenvolver as

habilidades lingüísticas do aluno é submetendo-o a intensas atividades de leitura e escrita, razão por que se faz necessária também uma integração com a literatura.

Elimina-se, desta forma, o ensino centrado em regras, ou, mais precisamente, no exercício de uma metalinguagem gramatical. A gramática está, sim, presente em todos os textos, mas como um instrumento, um meio, e não como um fim em si mesma.

As *Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM* (2006) prosseguem no mesmo diapasão, destacando ainda a função desempenhada pela linguagem na construção do sujeito:

Uma abordagem a ser ressaltada é aquela proposta pelo interacionismo. A despeito das especificidades envolvidas na produção, na recepção e na circulação de diferentes textos, bem como dos eventuais conflitos e mal-entendidos entre os interlocutores, tais estudos defendem que todo e qualquer texto se constrói na interação. Isso porque assumem alguns princípios comuns no que toca ao modo de conceber a relação entre homem e linguagem, homem e homem, homem e mundo. Sem procurar esgotar tais princípios, pode-se dizer que o mais geral deles é o de que é pela linguagem que o homem se constitui sujeito. Os efeitos desse princípio para a compreensão do processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem são perceptíveis em vários aspectos. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO, 2006, p. 23)

Os problemas relacionados ao estudo isolado e descontextualizado da gramática já há muitas décadas vêm sendo apontados por educadores e lingüistas. A correção desse equívoco é o que, em especial, parece preocupar os responsáveis pela elaboração dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Com efeito, “explicar gramática, sem vivenciá-la no texto ou na redação, equivale a ensinar a nadar fora da piscina”, já dizia o educador Lauro de Oliveira Lima.

Essa percepção, ao contrário do que podem pensar alguns, não advém do desprezo pelo estudos gramaticais, mas da preocupação de torná-los mais eficazes. Além disso, parece evidente que o conhecimento puro e simples da normatização lingüística não habilita ninguém a escrever ou a ler melhor. Veja-se, por exemplo, o oportuno, e cronologicamente distante, depoimento de Olavo Bilac e Manoel Bonfim:

O aluno pode perfeitamente estar senhor de todas as regras da gramática e não saber dizer o que pensa e o que sente. A gramática seca, abstrata e árida [...] não ensina a escrever. Ninguém cuida de lhe negar utilidade e valor: mas querer habituar o aluno ao manejo da língua só com o estudo da gramática e começar esse ensino pelas regras abstratas da lexicologia e da sintaxe é o mesmo que querer ensinar matemática só com o estudo da geometria analítica. (apud AZEREDO, 2002, p. 256)

Esse sentimento de assimetria pedagógica, como se percebe, vem de longa data, demonstrando que já no tempo em que escrevem Bilac e Bonfim (fins do século XIX e início do século XX) alguma coisa estava fora do lugar no que dizia respeito aos estudos gramaticais e sua aplicação como disciplina. E o fato de essa percepção chegar hoje às mais altas instâncias educacionais do país demonstra que os caminhos trilhados pela lingüística nas últimas décadas se deram de forma acertada.

As diretrizes propostas pelo Ministério da Educação constituem um importante passo no sentido de atualizar e tentar tornar eficiente o ensino de língua portuguesa no Brasil. Não se trata, naturalmente, de uma panacéia contra todos os males lingüísticos da nação, mas de um movimento que aparentemente conduz a um caminho viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 11ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO - PCNEM. Volume 1. Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (Ensino Médio): Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2002.
- RIBEIRO, Manoel P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2000.